

ÍNDICE GERAL

À Guisa de introdução	5
-----------------------------	---

PARTE I Generalidades

1. Antecedentes da nova lei de custas	9
2. Expressão da motivação legislativa	13
3. Alteração de diplomas sobre custas	17
4. Revogação de diplomas e normas sobre custas	18
5. Aditamento de normas sobre custas ao Código de Processo Civil	21
6. Alteração e aditamento de normas do Código de Processo Penal	22
7. Alteração do Regime da Injunção e Acções Conexas	22
8. Alteração do Regime Processual Experimental	25
9. Aditamento de normas sobre custas ao Código de Procedimento e Processo Tributário	26
10. A unidade de conta	29
11. Elaboração das contas dos processos pendentes	31
12. Entrada em vigor e aplicação no tempo do Novo Regime de Custas	33
13. Depósitos conexos com os processos judiciais	42

PARTE II Normas de Processo Civil sobre Responsabilidade por Custas

1. Regra geral em matéria de custas	45
2. Regras relativas ao litisconsórcio e à coligação	49
3. Custas Processuais	51
4. Taxa de justiça	54
5. Taxa sancionatória excepcional	64
6. Encargos	67
7. Custas de parte	71
8. Actos e diligências que não entram na regra geral das custas	75
9. Responsabilidade do autor pelas custas	77
10. Repartição das custas	82

11. Custas no caso de confissão, desistência ou transacção	88
12. Custas devidas pela intervenção acessória e assistência	90
13. Custas dos procedimentos cautelares, incidentes e notificações	93
14. Pagamento dos honorários pelas custas	96
15. Garantia de pagamento de custas	98
16. Responsabilidade do representante de incapazes, pessoas colectivas ou sociedades	99

PARTE III

Responsabilidade pelo pagamento das custas criminais

1. Sanção pela prática extemporânea de actos processuais	101
2. Responsabilidade do arguido por custas	102
3. Responsabilidade do arguido por encargos	105
4. Responsabilidade do assistente por custas	107
5. Arquivamento ou suspensão do processo	111
6. Casos de isenção do assistente	111
7. Responsabilidade do assistente por encargos	112
8. Taxa devida pela constituição de assistente	113
9. Responsabilidade do denunciante	116
10. Regras especiais	117
11. Isenções	119
12. Custas no pedido cível	120
13. Disposições subsidiárias	122
14. Requisitos da sentença quanto as custas	123
15. Requisitos da sentença absolutória	123
16. Responsabilidade pelas custas no enxerto cível	125

PARTE IV

Regulamento das Custas Processuais

1. Regras gerais	127
2. Âmbito de aplicação	135
3. Conceito de custas	137
4. Isenções	139
5. Unidade de conta	182
6. Regras gerais	187
7. Regras especiais	193
8. Taxa de justiça em processo penal e contra-ordenacional	205
9. Fixação das taxas relativas a actos avulsos	216
10. Taxa sancionatória excepcional	224
11. Regra geral de fixação da base tributária	226
12. Fixação do valor em casos especiais	231

13. Responsáveis passivos	238
14. Oportunidade do pagamento	245
15. Dispensa de pagamento prévio	251
16. Tipos de encargos	255
17. Remunerações fixas	264
18. Despesas de transporte	270
19. Adiantamento de encargos	273
20. Pagamento antecipado	276
21. Pagamentos intercalares	283
22. Conversão da taxa de justiça paga	285
23. Falta de pagamento	314
24. Imputação na conta de custas	316
25. Nota justificativa	318
26. Regime (custas de parte)	326
27. Disposições gerais	334
28. Pagamento	341
29. Oportunidade da conta	346
30. A conta	357
31. Reforma e reclamação	366
32. Pagamento voluntário	373
33. Pagamento faseado	381
34. Incumprimento e direito de retenção	387
35. Execução	394
36. Cumulação de execuções	405
37. Prescrição	409
38. Responsabilidade do Estado por custas	411
39. Destino das custas processuais	416
40. Tabela I	418
41. Tabela II	420
42. Tabela III	421
43. Tabela IV	422
44. Tabelas convertidas em euros	423
44.1. Tabela I	423
44.2. Tabela II	424
44.3. Tabela III	425
44.4. Tabela IV	425

PARTE V

Efeitos da omissão de pagamento da taxa de justiça

1. Pagamento da taxa de justiça	427
2. Requisitos da petição inicial relativos ao pagamento da taxa de justiça	434
3. Requisitos da contestação relativos ao pagamento da taxa de justiça	440
4. Omissão de pagamento prévio da taxa de justiça nos recursos	447

PARTE VI

Elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas ou penalidades (artigos)

I – Exórdio	451
II – Articulado	453
1. Âmbito	453
2. Elaboração contínua da conta	454
3. Sistema informático	454
4. Processamento da conta	455
5. Conta provisória	455
6. Créditos e débitos da conta	456
7. Conta definitiva	460
8. Pagamento de taxa de justiça	461
9. Quantias depositadas à ordem dos processos	462
10. Pagamento por terceiro	464
11. Pagamento de taxa de justiça nos processos de jurisdição de menores	465
12. Pagamento de taxa de justiça em processo de expropriação	467
13. Pagamento de taxa de justiça em processo contra-ordenacional	469
14. Taxa de justiça agravada	470
15. Custos da digitalização, suportes magnéticos, comunicações e franquias postais	471
16. Custos com exames e peritagens em acidentes de trabalho	474
17. Meios electrónicos de pagamento	476
18. Documento único de cobrança	479
19. Emissão do DUC	480
20. Emissão do DUC nos tribunais e conservatórias	481
21. Guias emitidas pelo tribunal	482
22. Documento comprovativo	484
23. Erros no pagamento com DUC	486
24. Pagamentos antecipados e intercalares de encargos	487
25. Pagamento de multas e penalidades	489
26. Pagamento da taxa sancionatória excepcional	490
27. Pagamento	492
28. Prazo de pagamento voluntário da conta	492
29. Devoluções	495
30. Procedimento da secretaria	497
31. Procedimento das partes	498
32. Cálculo dos honorários do mandatário judicial ou agente de execução	500
33. Reclamação da nota justificativa	501
34. Organismo responsável	503
35. Gestão e controlo	504
36. Receitas provenientes do sistema judicial	505
37. Conversão da taxa de justiça no pagamento de encargos	510
38. Quantias de valor reduzido	513
39. Custas processuais	514

40. Pagamentos	516
41. Pagamento por cheque	517
42. Nota de pagamentos	519
43. Transferências	521
44. Pagamento a prestações da taxa de justiça	522
45. Contagem dos prazos	525
46. Estruturas de resolução alternativa de litígios	526
47. Normas transitórias	527
48. Norma revogatória	528
49. Entrada em vigor	529

PARTE VII

Legislação complementar

1. Tabela de custos para exames e perícias médico-legais e forenses a realizar pelo Instituto de Medicina Legal ou por outras entidades públicas ou privadas	531
2. Tabela de custos para pagamento pelo Instituto Nacional de Medicina Legal ou pelos Tribunais, de exames e perícias médico-legais e forenses realizados por peritos contratados para o exercício dessas funções	539
3. As custas nos processos de insolvência	543
4. As custas nos procedimentos de contra-ordenação	547
5. As custas nos procedimentos de injunção e nas execuções neles fundadas	549
6. As custas no Tribunal Constitucional	551
7. As custas nos julgados de paz	557
Bibliografia	559
Índice geral	563